

Rodrigo Leite



Nome Completo: Rodrigo Franco Leite

Experiência

Sou funcionário do Banco do Brasil desde 2001, egresso da Nossa Caixa, instituição com a qual possuo um vínculo vital e geracional, sendo filho de funcionária aposentada. Minha trajetória é pautada pelo equilíbrio entre o compromisso histórico e o rigor técnico necessário para zelar pelo nosso patrimônio. Sou formado em Administração de Empresas, com MBA em Controladoria e Finanças, pós-graduação em Economia do Trabalho pela Unicamp e, atualmente, curso Estratégia e Liderança Política pela FESPSP.

Minha atuação em governança é marcada pela transparência e pela responsabilidade na gestão de recursos. Atuei como Conselheiro Fiscal da FETEC/SP – Federação dos Bancários da CUT/SP (2006-2009) e exerci as funções de Presidente (2011-2014) e Diretor de Finanças (2014-2017) do Sindicato dos Bancários de Bragança Paulista e Região (SEEB Bragança Pta.), onde fui o responsável direto pela gestão orçamentária e pela saúde financeira da instituição. Hoje, como Diretor Executivo da FETEC/SP, membro da CEBB (Comissão de Empresa do BB) e Diretor de Formação e Estudos Sócio-Econômicos do SEEB Bragança Paulista, alio a análise técnica de dados à defesa estratégica dos interesses dos trabalhadores.

Atualmente, contribuo como Conselheiro Deliberativo Suplente do Economus, o que me confere o conhecimento direto e necessário para enfrentar os desafios que permeiam o cotidiano do Instituto. Coloco essa bagagem técnica e meu compromisso pessoal à disposição do Conselho Fiscal para assegurar uma fiscalização rigorosa e intransigente na preservação do futuro de todos os participantes, ativos e aposentados.

Plano de Gestão

Rigor Técnico, Ética e Compromisso Fiduciário

O Conselho Fiscal é o pilar de segurança do participante. Minha candidatura propõe uma atuação pautada pela vigilância técnica, e pelo compromisso de preservar o patrimônio que garante o futuro de cada trabalhador ativo e aposentado.

1. Governança e Ética

- Atuação Fiduciária e Ética: Atuar com diligência e fidúcia para garantir o controle interno rigoroso, impedindo que interesses conflitantes se sobreponham aos objetivos sociais e previdenciários da Entidade.
- Independência de Órgãos: Manter postura isenta e propositiva em relação à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, assegurando que o papel fiscalizador seja exercido sem interferências, visando sempre a melhor gestão.

2. Fiscalização de Investimentos e Solidez Atuarial

- Aderência e Patrimônio: Analisar minuciosamente a gestão dos recursos garantidores, assegurando que a Política de Investimentos e as normas em vigor sejam seguidas à risca para proteger a rentabilidade e a segurança dos planos.
- Premissas e Projeções: Avaliar com rigor as premissas e projeções atuariais, garantindo que o planejamento de longo prazo seja realista e capaz de honrar todos os benefícios futuros.

3. Gestão de Riscos e Continuidade

- Monitoramento de Riscos: Acompanhar periodicamente a matriz de riscos (mercado, liquidez, regulatório, entre outros). Propor ações imediatas para mitigar riscos críticos que possam ameaçar a continuidade e a solvência dos planos de benefícios.
- Execução Orçamentária: Fiscalizar a execução do orçamento, garantindo que cada recurso seja aplicado de forma lícita e estrategicamente alinhada aos interesses dos participantes.

4. Eficiência Operacional e Redução de Custos

- Combate ao Desperdício: Avaliar detalhadamente a estrutura organizacional e as despesas incorridas, alertando os órgãos de governança para a adoção de medidas que reduzam custos administrativos e gerem ganhos de eficiência.
- Minimização de Custos ao Trabalhador: Buscar soluções conjuntas que otimizem a gestão para evitar que ineficiências administrativas se traduzam em aumento de custos para o bolso do participante.

5. Compliance e Implementação de Melhorias

- **Rigor em Auditorias:** Utilizar as prerrogativas do Conselho Fiscal para garantir que todas as recomendações dos auditores independentes e atuários sejam implementadas pela Diretoria, corrigindo falhas e aprimorando processos.
- **Monitoramento de Decisões Judiciais e Impacto Patrimonial:** Cobrar agilidade e transparência no cumprimento das decisões favoráveis aos associados, zelando para que o reconhecimento jurídico de direitos seja convertido em incorporação patrimonial concreta, fortalecendo a saúde financeira dos planos.

6. Transparência e Proximidade

- **Comunicação Direta:** Estabelecer um canal de diálogo para esclarecer dúvidas sobre os planos vigentes, traduzindo dados técnicos em informações claras e transparentes para todos os participantes.